

Urbanização e Construção dos Espaços Sociais e Culturais em Paulista (1930-1950)

Maria Clara da Silva Cavalcante¹

RESUMO: As indústrias têxteis compuseram parte das vivências no estado de Pernambuco, durante o século XX. Além dos caminhos político e econômico, as relações em torno dos empreendimentos do ramo de fiação e tecelagem inscreviam-se nas construções cotidianas, de laços sociais, espaços culturais e de cidades inteiras. A vila operária de Paulista, propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, é o núcleo de expansão do povoamento urbano do distrito que se torna município em 1935. O presente trabalho analisa o desenvolvimento urbano de Paulista, a partir das transformações da vila operária, considerando como parte integrante dessas mudanças as experiências dos trabalhadores-moradores, a sua relação com a empresa, e as significações dos diversos espaços da cidade, enquanto espaço habitado.

Palavras-chave: Paulista (PE); Vila Operária; Urbanização; Cidade.

Urbanization and Construction of Social and Cultural Spaces in Paulista (1930-1950)

ABSTRACT: The textile industries composed part of the experiences in the State of Pernambuco, during the twentieth century. Besides the political and economic paths, relations around the developments of spinning and weaving industry is inscribed in the daily construction of social ties, cultural spaces and entire cities. The workers' village of Paulista, owned by Paulista Tissues Company, is the core of the urban population of the district expansion that becomes municipality in 1935. This paper analyzes the Paulista's urban development, from the transformation of the working village, considering how an integral part of these changes the experiences of workers, residents, their relationship with the company, and the meanings of the various spaces in the city as living space.

Keywords: Paulista (PE); Workers' village; Urbanization; City.

Artigo recebido em 21/12/2015 e aceito em 29/12/2015.

Das paisagens possíveis de construir do centro de Paulista, incluem-se nelas, provavelmente, as chaminés. Atualmente, o olhar lançado para essas chaminés pode ser displicente, mas, em documentário chamado *Tecido Memória* (2009)^{II}, os depoimentos de ex-trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista, indústria têxtil ativa na cidade durante quase todo o século XX, atribuem suas significações a estes monumentos, e ao chamarem Paulista de “Cidade das Chaminés”, esses homens e mulheres creditavam importância imensa a elas, pois era parte integrante do cotidiano de cada um deles, de suas histórias de vida, e também da formação do município, como mostra Amaro Poeta, artista e antigo empregado da Companhia, em um de seus versos sobre a cidade.

A terra das chaminés
Recebeu essa alcunha,
Devido a tantos bueiros
Não tendo em cidade alguma,
Só Paulista tendo seis
Chaminés por testemunhas^{III}.

As memórias dos que vivenciaram o pleno funcionamento da CTP^{IV} e o cotidiano de sua vila operária são povoadas por essa paisagem, que também tem o som dos apitos, a cor da fumaça, o barulho dos tamancos^V. Essas imagens e significações, além das próprias ações dos trabalhadores, foram e são partes do que foi e é Paulista. Em Pernambuco, outras cidades e bairros conviveram com as chaminés de fábricas e com o trabalho operário. Contudo, o presente trabalho busca ressaltar as singularidades, dando importância à pluralidade de vivências que construíram constantemente as ruas, as casas, as praças, e as fábricas de Paulista. Neste trabalho, o espaço urbano é abordado como lugar não só de trocas ou produção de mercadorias, mas de experiências, isso permite o encontro de múltiplas histórias, as quais se entrecruzam entretecendo novos caminhos.

A cidade de Paulista, mesmo quando ainda não era designada administrativamente como município, mas como distrito de Olinda até 1935, já seduzia homens, mulheres e famílias inteiras, os quais mudavam de ares, de moradia e, na maioria das vezes, até a forma de trabalho que estavam acostumados. No caso das migrações internas ao estado de Pernambuco, muitas pessoas eram oriundas das áreas onde o trabalho em engenhos e usinas predominava^{VI}, como o chamado “interior”. Tanto o sertão como as zona da mata e agreste pernambucanos, de alguma forma, presenciaram parte da população que as deixava, chegarem a Paulista.

Esta cidade, em particular, tem boa parte de sua história atrelada à Companhia de Tecidos Paulista, e o crescimento deste núcleo urbano é muitas vezes atribuído à iniciativa e genialidade dos seus administradores^{VII}. Sem dúvida, esse empreendimento industrial tem papel relevante na construção da cidade, em suas diversas formas. Entretanto, independente de planejamentos e idealizações conjecturadas, os acasos, os conflitos, e as relações entre as pessoas são elementos mais fluidos e que compõem o enredo dessa história. E, além disso, os caminhos são construídos enquanto vivenciados, dando espaço às várias formas de viver a cidade de Paulista.

Os homens e mulheres que viraram operários têxteis, não são os únicos a trabalharem na Paulista entre as décadas de 1930 e 1950. Não podemos fazer uma separação rígida entre dois blocos: operários e patrões. A vida em Paulista parece ser bem mais complexa, e os moradores da vila operária têm suas experiências e vivências dentro ou fora da fábrica, suas crenças, distinções, preconceitos, e mitos. As casas, sejam mocambos ou de arruados, não são os limites das relações dos espaços de uma Paulista em constante urbanização. E cada lugar é construído também em seus significados.

A Fábrica Paulista e a Vila Operária

O século XIX em Pernambuco, e no Brasil em geral, deu espaço a diversos empreendimentos industriais, os quais ganharam força principalmente na primeira metade do século XX. O município do Paulista, onde se localizava a vila operária, atualmente compõe a chamada Região Metropolitana do Recife, e tem sua formação histórica associada desde o período colonial à cidade de Olinda, caracterizando-se como região de atividade açucareira. A industrialização das atividades açucareiras de Pernambuco e a introdução da atividade industrial têxtil na região, no final do século XIX, podem ser indicadas como aspectos relevantes para o desenvolvimento urbano de Paulista e posterior emancipação política (1935).

Em relação ao desenvolvimento urbano, entretanto, não são apenas o aspecto físico e econômico que se urbanizam. As relações socioculturais são resignificadas, a população vai se tornando cada vez mais urbana, ou seja, não há uma mudança através da locomoção apenas, mas, também das formas de fazer, pensar e viver dessas pessoas. Paulista vai presenciar essas mudanças de hábitos, e o diálogo entre as diferentes experiências. Atualmente, Paulista é um município, entretanto, sua história coincide com o período da colonização do Brasil pelos portugueses^{VIII}.

Parte da Capitania de Pernambuco, as terras do que seria Paulista, foram vendidas ao paulista Manoel de Moraes Navarro, em 1689. O engenho do paulista, como era chamado, possivelmente, deu origem ao nome atual do município. Antes da República, Paulista, dentro da jurisdição de Olinda, era uma vila com duas freguesias: Paratibe e Maranguape, nomes de atuais bairros da cidade. A República recém-proclamada, contudo, em nada modificou sua situação política, esta continuou sob a jurisdição de Olinda. E o fortalecimento político-econômico, e a maior urbanização dessa parte da cidade de Olinda, só ocorrem em inícios do século XX, no período de funcionamento das fábricas da Companhia de Tecidos Paulista (CTP).

Provavelmente, seguindo o aparecimento de diversos empreendimentos industriais nas primeiras décadas da República^{IX}, foi fundada por José Adolpho Rodrigues Lima, ainda no século XIX, em 1892, a Fábrica Paulista. Os governos republicanos que se seguiam não tinham uma tradição e planejamento fixo de apoio da atividade industrial, o que aparentemente não permitia estabilidade a boa parte das empresas nos primeiros anos da República^X. A Fábrica Paulista, entretanto, não viveu a paralização suas atividades quando esteve em dificuldade, como outras nesse período, pois teve seu controle acionário passado primeiro à fábrica da Torre, em 1899^{XI}, e posteriormente a Herman Theodor Lundgren^{XII} no início do século XX, mais precisamente em 1904.

Raul Góes, em *Um Sueco Emigra para o Nordeste* (1964), atribui muitas das mudanças em Paulista à visão empreendedora de Herman, mas sua morte, em 1907, se dá apenas três anos após a compra das ações da Companhia de Tecidos Paulista. Em memórias escritas do ex-operário da CTP, Antônio Nunes dos Santos Filho, o início da administração de Herman Lundgren é apresentada como “a semente do progresso”^{XIII}. Já as notas sobre a fábrica paulista, indicam uma análise prévia da situação econômica da fábrica.

O Sr. Herman Lundgren, [...] fez uma investigação, afim de descobrir um meio de elevar o ambiente industrial de Paulista, concluindo que o deficiente estado produtivo da empresa provinha, principalmente do péssimo estado sanitário local. Parque industrial localizado em baixios e pântanos insalubres era quase diminuta a produção dos operários, os quais, atacados de malária, eram indivíduos muito doentes, nada podendo produzir^{XIV}.

A partir dos dados trabalhados por José Sérgio Leite Lopes, em *A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés* (1988), é possível perceber que as transformações do espaço e dos modos de viver de Paulista não são repentinas, ou originadas isoladamente de iniciativas privadas, as quais, em sua maioria, parecem ter sido respostas ao fluxo das relações cotidianas do que um projeto anterior à compra das ações da CTP. As modificações que foram empreendidas através da administração da Companhia de Tecidos Paulista, contudo, se dão, em grande parte, no período posterior ao falecimento de Herman. As *Notas sobre a Fábrica Paulista* (1939) parecem se pautar no mesmo discurso de Góes sobre uma genialidade empreendedora de Herman, contudo, foram escritas no final da década de 1930, período de reformas higienistas em Pernambuco relacionadas à caçada contra os mocambos^{XV}. Então, a preocupação com a higiene e assistência aos trabalhadores são mencionados com ênfase, que provavelmente não teriam entre 1904 e 1907.

Dessa forma, em relação ao período do recorte deste trabalho, as duas plantas fabris (fábrica velha, posteriormente Arthur, e fábrica Aurora) e a vila operária, que vão sendo formadas e expandidas, são responsabilidade administrativa de dois dos herdeiros de Herman: Frederico e Arthur Lundgren. Os irmãos Lundgren, principalmente Arthur^{XVI}, vão ter participação forte na política local, provavelmente contribuindo para o processo de desmembramento de Paulista do território de Olinda.

O município homônimo foi criado por meio da Lei Estadual n.º 1931, de 11 de setembro de 1928, embora tenha sido extinto pelo Ato Estadual n.º 268, de 25 de novembro de 1930. Finalmente, a referida unidade político-administrativa foi restabelecida por Lei Estadual n.º 02, de 04 de setembro de 1935, ficando emancipado de Olinda até os dias atuais.^{XVII}

A emancipação de Paulista vai coincidir com o fortalecimento político e econômico atribuído, principalmente, a sua nova característica de parque industrial, tendo a família Lundgren e a Companhia de Tecidos Paulista como pilares desse processo. Essa predominância política, entretanto, não estava livre de oposição. A emancipação foi contestada na década de 1930, período de mudanças na esfera política do estado brasileiro. Um dos personagens mais significativos dessa oposição política aos Lundgren, principalmente no período que compreende de 1937 a 1945, foi Agamenon Magalhães, agente político que apresentava divergências com a família Lundgren, mas, ao mesmo tempo reconhecia a Companhia de Tecidos Paulista e sua vila como uma “uma fábrica e uma civilização”.^{XVIII} O reconhecimento de Agamenon à Companhia, sem dúvida não é totalmente infundado, mas passa por uma visão das “imagens” divulgadas pelos proprietários e os dirigentes da empresa.

A industrialização dessa área exigiu o aumento da força de trabalho, contudo, os irmãos Lundgren parecem ter investido de forma mais ampla que seus antecessores. A Companhia vai ser considerada como uma das principais fábricas têxteis brasileira nos anos 30, 40 e 50, e a maior delas no imediato pós-guerra^{XIX}. Contando com 10 a 15 mil operários registrados e seus 5 a 8 mil trabalhadores de frentes de trabalho extra-fabris^{XX}, e uma rede varejista de tecidos, sendo esta uma combinação considerada inovadora^{XXI}. Até 1925, inclusive, os irmãos Lundgren eram os únicos no Brasil a fazerem essa ligação entre produção industrial e comércio^{XXII}.

Entre as primeiras fábricas brasileiras a comercializar a sua produção através de escoadouros próprios estava a Companhia de Tecidos Paulista dos irmãos Lundgren, localizada em Recife. Em 1920, a companhia mantinha cerca de duzentas lojas varejistas espalhadas por todo o Nordeste do Brasil, nas quais vendiam a sua própria produção e a de outras fábricas. A inovação realizada pelos Lundgren existiu como

um fato único até 1925, quando os sinais de desequilíbrio econômico estimularam muitas fábricas brasileiras a adotar sistemas de vendas que contornavam os intermediários, estabelecendo contato direto com os varejistas^{XXIII}.

Na mesma década de 1920, ainda detinham, em Pernambuco, o monopólio da estamparia^{XXIV}. E em 1926 foi inaugurada a fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, outro complexo fabril têxtil da Companhia, o qual envolveu a construção de uma vila, dessa vez, aparentemente, com um planejamento prévio à instalação da fábrica^{XXV}.

A vila operária, enquanto área próxima das fábricas destinada aos operários da Companhia de Tecidos Paulista, teria partido de investimentos dos dois irmãos Lundgren, já detendo posse das fábricas e da maior parte do terreno pertencente, hoje, ao território do município. A Companhia era “proprietária das casas e promotora da vida social extra-fábrica da localidade”^{XXVI}. O investimento da vila operária trazia para perto a mão de obra. As casas mais próximas às fábricas, que foram sendo construídas gradualmente ao longo dos anos^{XXVII}, conviviam com outra forma amplamente utilizada de moradia, os mocambos.

No final da primeira década do século XX, a Companhia já teria construído algumas casas de alvenaria para os operários e outros funcionários, em sua maioria famílias provenientes de áreas rurais. A partir da década de 1930, esse processo se intensificará, com a política de recrutamento de trabalhadores, por intermédio de agentes, permitindo a chegada de um grande número de famílias do interior de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte^{XXVIII}. Em um período de mudanças e desgastes nas zonas açucareiras do Nordeste, as áreas urbanas eram vistas como chance de prosperidade, progresso e melhoria de vida. Sem dúvida, essa motivação impulsionou a maioria das famílias que migraram para Paulista, e mesmo as que já residiam próximas da região, procuravam a segurança de ter onde trabalhar e morar.

Segundo Maria Rosilene Alvim (1982), o aliciamento de famílias inteiras foi a estratégia mais comum da Companhia de Tecidos Paulista, empregada principalmente a partir da década de 1930, para atrair mão-de-obra. O período de utilização dessa estratégia está composto de disputas pelo mercado consumidor, entre as indústrias têxteis de Pernambuco, o que incluía a confluência de diversos fatores como máquinas e técnicas disponíveis para a produção, mas também, e com grande relevância, a mão-de-obra barata. E das famílias numerosas empregava-se bastantes mulheres e crianças. A Companhia se valeria de um monopólio de oferta de emprego para a imobilização da mão-de-obra, algo que facilitaria o domínio e o emprego das regras e simbologias de dominação^{XXIX}.

Ao sistematizar e transformar em medida administrativa a vinda costumeira e ‘espontânea’ de famílias de trabalhadores do interior a Paulista, o ‘aliciamento’ direto, ao mesmo tempo em que faz continuar esse fluxo tradicional, provoca sua mudança de qualidade ao discipliná-lo. Essa disciplinarização da força de trabalho através deste controle sobre o mercado de trabalho traz consequências sobre as famílias dos trabalhadores que são a unidade social básica de tal mercado de trabalho^{XXX}.

A intensificação dessa estratégia de recrutamento é rememorada por muitos trabalhadores como medida de repressão ao movimento grevista, em torno do primeiro sindicato dos trabalhadores desse distrito, em 1932^{XXXI}. Dessa forma, a moralização do trabalho, tão difundida na época, tinha apelo familiar e disciplinador, e era referência para distribuição de terrenos ou moradias na vila.

Essa medida mais organizada, e a própria construção de casas com determinados padrões, só teria começado em meados da década de 1930, dando resposta também ao crescimento industrial, e aos projetos higienistas de cidade. O discurso de higienização e moralização nas indústrias brasileiras parece ter se difundido a partir da década de 1920,

quase que como uma resposta aos problemas de relacionamento com os operários, e em diálogo com as modernizações mundiais^{XXXII}. Implantar algumas dessas medidas, em voga, mesmo que com inúmeras adaptações, seria uma forma de demonstrar padrões de excelência.

O discurso do padrão de excelência dos Lundgren e algumas das medidas seguidas, ou aparentemente implantadas, incluíam a construção de casas higiênicas, assistência médica, iluminação das ruas, água limpa, e o divertimento. E, a própria postura paternalista também poderia ser ressaltada. Margareth Rago ao analisar a “utopia da cidade disciplinar” discute questões como a imagem paternalista dos industriais.

A autoimagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo^{XXXIII}.

Os mocambos eram amplamente utilizados como moradias dos trabalhadores comuns da CTP, tanto os operários, quanto os empregados da folha amarela^{XXXIV}. Agamenon Magalhães, enquanto interventor do estado de Pernambuco, pode ser apontado como um ponto de pressão política para a diminuição dessa forma de moradia na vila operária de Paulista, contudo, os mocambos aparentemente foram utilizados quando conveniente, mesmo que não mencionados pela CTP^{XXXV}. A mudança do mocambo para a casa de arruado, como era chamada, afastava os moradores dos chamados roçados, algo bastante próximo ao costume encontrado nos engenhos e usinas, esse afastamento, inclusive, fora questionado pelos moradores mais antigos^{XXXVI}. Contudo, Paulista ia tendo sua organização do espaço redesenhada, tornando as famílias e as casas muito mais próximas umas das outras, e abrindo caminho para inúmeros espaços de socialização.

As condições materiais de trabalho, moradia, alimentação e também lazer faziam parte do funcionamento e da relação da Companhia de Tecidos Paulista com a vila operária e seus moradores. Esse formato de vila foi utilizado em diversos casos no período de industrialização e expansão industrial de muitos países, além de ter existido em outras localidades do Brasil, e assim como a de Paulista, se caracterizavam como propriedade de uma empresa. O trabalho operário fazia parte do cotidiano dos moradores da vila, as famílias estabelecidas aos arredores das fábricas tinham quase todos os seus membros empregados em alguma atividade, forma de maquiagem a baixa remuneração.

Outras funções produtivas de apoio à produção fabril ou outros interesses dos Lundgren também faziam parte do leque de funções em que empregavam a mão de obra contratada composta de homens, e em grande quantidade, também, mulheres e crianças. A população ia se tornando uma aglomeração e compartilhando mais espaços da cidade. As praças, o clube, o teatro e o cinema ao ar livre, foram tomando forma e reunindo a população cada vez mais urbana. Santos Filho, em *Paulista entre Algumas Lembranças* (1982), faz referência a diversos espaços que fizeram parte da sua relação com a vila operária.

As pessoas empregadas pela CTP que não trabalhavam nas fábricas eram os membros mais velhos das famílias ou os empregados da “folha amarela”. A força de trabalho de alguns desses membros não operários, e que compunham uma folha de pagamento à parte, era direcionada para atividades de apoio à produção fabril, como o cultivo de eucalipto para o abastecimento de lenha das caldeiras, e também à produção de alimentos a serem vendidos a baixo custo na feira, onde tudo era tabelado pela Companhia, pelo menos durante alguns anos. Provavelmente, esse mecanismo foi se desenvolvendo para compensar o baixo valor pago pelo trabalho da maior parte dos funcionários, e pode ter se expandido com as necessidades impostas pelo aumento da população da vila e racionamento no período da Segunda Guerra Mundial.

A situação de expansão da produção fabril mas simultaneamente “acionamento”, provocada pelos efeitos da 2ª Guerra Mundial encontram a fábrica de Paulista apta a atenuar seus problemas de abastecimento à população operária, aumentando apenas a escala de grandeza daquilo que aparentemente já funcionava: a concessão em grande escala de roçados em suas terras e a canalização da produção daí resultante para sua feira “administrada”^{xxxvii}.

Os roçados, geralmente, eram utilizados por pessoas da família que não trabalhavam diretamente com a Companhia, e a produção direcionada para a feira ocorria nos sítios da CTP. Dessa forma, praticamente toda a população deveria se envolver com alguma modalidade de trabalho.

No caso de Paulista a exploração econômica sistemática e em larga escala da concessão de terras para plantar, canalizando o produto assim obtido para uma feira grandemente controlada pela própria companhia, é a característica distintiva que sobressai diante tanto das formas de distribuição subordinadas das redes de reciprocidade e do mini-comércio vicinal, quanto dos efeitos pedagógicos da ‘moral do trabalho’ que extravasam a fábrica até os roçados operários^{xxxviii}.

O controle dos empresários têxteis da Companhia de Tecidos Paulista, principalmente durante o período compreendido entre 1930-1950, sobre as diversas atividades econômicas e culturais na vila operária, contudo, encontra inúmeros obstáculos políticos na administração federal e estatal do Estado Novo (1937-1945), as regulamentações trabalhistas desse período, incluindo o salário mínimo, o registro dos trabalhadores e a formação de um sindicato dos operários, assim como as exigências de cumprimento de diversas leis por parte dos tecelões, são elementos que poderiam compor um trabalho à parte^{xxxix}.

Esse controle e disciplina, contudo, não tinha como barrar a dinâmica das construções cotidianas. A feira, as praças, as ruas, os clubes e o próprio ambiente de trabalho se construía nas significações. A imagem de Paulista, e a própria condição material, tem a participação ativa de cada um dos trabalhadores, e das relações entre os diversos atores sociais do espaço urbano em questão, dialogando com as diversas mudanças que a sociedade brasileira estava vivenciando. Esses espaços da vila eram também momentos de sociabilidade entre os trabalhadores fora dos muros da fábrica, do olhar ainda mais vigilante dos superiores, e da necessidade de produzir. A cidade era construída não só por seus donos no papel, mas, se estabelecem diversas relações de pertencimento entre a cidade e os seus moradores-trabalhadores.

Cotidiano Operário em Paulista entre 1930-1950.

É, porque a cidade tinha um dono só, os coronéis. (Luiz Barros^{xl}).

A frase acima foi proferida por um ex-operário da Companhia de Tecidos Paulista, o qual ocupou inúmeras funções desde o período que iniciou a vida de trabalho como aprendiz nos escritórios da empresa. Como tantos outros, com diferentes datas de chegada, começou no trabalho ligado às fábricas ainda criança. Todas as suas irmãs foram empregadas, e sua família recebeu uma casa para morar. O depoimento de Luiz apresenta as diversas lutas diárias e os diversos percursos na tentativa de continuar vivendo e sobrevivendo da melhor maneira possível. Indica, ainda, o fluxo entre as diversas fábricas têxteis de Pernambuco, e a percepção de que a exploração só mudava de nome.

Paulista, entretanto, parece ser a cidade onde tudo tem um dono. E as palavras de Luiz remetem a isso. “Todas as casas de Paulista [...] era da Companhia de Tecidos Paulista. E... nada tinha que não fosse da Companhia de Tecidos Paulista. O coronel, o coronel era

tudo^{XLb}. A figura do coronel ou dos coronéis^{XLII}, assim como aponta José Sérgio Leite Lopes, faz parte de uma teatralização da dominação, a qual compõe o “sistema paulista”^{XLIII}. Entretanto, a ideia de propriedade dos Lundgren do espaço habitado pelos trabalhadores da Companhia pode ter relevância nas vivências e na própria construção da sociabilidade entre estes indivíduos, e também, no consumo^{XLIV} desses espaços. Paulista, contudo, passou por momentos diferentes, até a década de 1950, e é construída a partir da diversidade de histórias e experiências. Para além das medidas para controlar e manter a mão-de-obra barata produzindo, estão os caminhos de cada um dos moradores de Paulista, suas próprias “hierarquias”, suas organizações, e os embates com a CTP.

A experiência anterior ao destino comum, que foi Paulista, deixa mais colorida e viva a diversidade de pessoas que conviveram por várias gerações na e com a cidade de Paulista. Nos relatórios anuais aos acionistas^{XLV}, a seca é um dos motivos indicados pela CTP para a vinda de trabalhadores oriundos do interior de Pernambuco e estados vizinhos. A menção ao aliciamento não parece ser uma opção para essa documentação oficial^{XLVI}. Entretanto, alguns depoimentos que são trabalhados aqui, evidenciam uma complexidade maior. A migração tanto espontânea, quando pela intermediação dos agentes da CTP, não têm sua história e explicação baseada, unicamente, pelas dificuldades da situação anterior e resultando em uma melhor condição de vida propiciada pelo trabalho fabril.

João Francisco^{XLVII} narrou os percalços de sua família com Paulista. Seu avô Francisco Luiz da Silva era dono de algumas terras em Aldeia e Paudalho e teria recebido uma proposta da Companhia de emprego para toda a família, de 18 filhos. Casa com água e terra para plantar estariam entre os benefícios oferecidos, atraindo Francisco para a cidade, por volta de 1905. Se a prática de aliciamento já ocupava espaço nas estratégias da empresa nesse período, contudo, parece não ser frequente antes da década de 1930. O caso de Francisco, entretanto, mostra que a cidade e a garantia de remuneração pelo trabalho de todos os membros da família, inclusive crianças de 12 anos, idade que João diz ter seu pai quando chegou a Paulista, atraíram até mesmo pessoas que não estavam passando por situações extremas, ou tentando buscar alternativa para o trabalho em engenhos e usinas.

E o interior de Pernambuco, de onde parece ter vindo a maioria dos trabalhadores no período inicial da fábrica e, posteriormente da formação da vila, entre 1930-1950, não excluiu a possibilidade de Paulista atrair pessoas de áreas mais próximas do Recife^{XLVIII}. Isabel^{XLIX} veio de Camaragibe em 1936, começou a trabalhar com onze anos, aposentando-se na fiação de uma das fábricas da CTP aos 45 anos. Mulheres e crianças parecem ter integrado boa parte da mão-de-obra dessa indústria, e mesmo com o advento da legislação, de 1932, que impedia que os menores de 14 anos trabalhassem, a produção e o controle de um corpo documental permitia burlar regras como esta^L.

A chegada de famílias inteiras, grandes ou pequenas, e de trabalhadores solteiros, na década de 1930, já era marcada pela distribuição em casas da vila operária. A moradia e as condições de vida dependiam muito da posição ocupada pelos trabalhadores e do tamanho da família. A convivência com famílias estabelecidas em casas anteriormente era uma possibilidade, a qual era vista de forma negativa, principalmente pelos moradores antigos.

Em *A Tecelagem dos Conflitos de Classe* (1988), José Sérgio Leite Lopes, ressalta as redes de comunicação, que permitiam a vinda para Paulista, e os artifícios utilizados tanto pela empresa como pelos trabalhadores para uma mobilidade constante entre funções nas duas fábricas de Paulista^{LI}, assim como entre casas. A tecelã Isabel comenta que “trocava de casa como se troca de roupa”^{LII}, e morou em cinco ruas diferentes enquanto trabalhava nas fábricas. O caminho e o contato inicial com a vila são lembrados por vários trabalhadores entrevistados por José Sérgio Leite Lopes, tendo destaque no seu trabalho a internalização dessa dominação patronal percebida pelos depoimentos, sendo todo esse percurso indicado como uma teatralização da dominação^{LIII}.

Conseguir trabalho em Paulista, e conviver com as regras que fazem parte do cotidiano de uma vila operária, não significava a total submissão à maneira que os Lundgren conduziam os espaços e atividades em que os trabalhadores estariam envolvidos. O próprio ambiente de trabalho, tanto pela quantidade de crianças empregadas, quanto pela exploração dessas pessoas em atividades contínuas por muitas horas, era envolvido por brincadeiras, piadas, escapadelas para um cochilo às escondidas.

Essa incorporação antitética da festa no cotidiano revela-nos uma face oculta do próprio trabalho fabril tal como ele se passa concretamente para os operários de carne e osso: a busca da transformação da monotonia do trabalho, mesmo quando há orgulho no trabalho bem feito e na profissão, em acontecimentos inesperados, em motivo de brincadeira, em conversa^{LIV}.

A rede de conhecimentos dos trabalhadores ajudava, em alguns casos, a conseguir trabalho e casa em Paulista, entretanto, esse mesmo conhecimento e negociações os permitiam transitar sem muitos problemas entre funções, entre as duas fábricas da cidade, e também entre casas. Com exceção de funções que precisavam de mão-de-obra especializada, cargos geralmente ocupados por estrangeiros, os outros pareciam ser aprendidos durante o trabalho, por pessoas as mais variadas possíveis.

A casa, a rua e o trabalho, apesar de seguirem o modelo e a disciplina de uma vila operária, e funcionar a partir das exigências dos patrões, podem ser pensadas de maneira bastante móvel. A experiência de morar em uma rua, e de fazer determinada tarefa, ou viver em uma casa podia durar pouco tempo. E essa mobilidade, dentro de uma situação aparente de imobilização da força de trabalho, depende bastante das negociações feitas pelos trabalhadores, e na fala de Isabel, acima, percebe-se a naturalização dessas mudanças. O local, a casa, e até mesmo os espaços possíveis de se frequentar, demonstram, também, a hierarquização da distribuição e ocupação dos espaços.

O aliciamento de mão-de-obra, tão destacado por Alvim, teria forçado, de certa maneira, a diminuição dos roçados^{LV} e também o distanciamento das casas desses pedaços de terra. Sem dúvida, o movimento sanitarista de derrubada dos mocambos compôs os fatores de transformação espacial da vila, entretanto, o crescimento populacional, com o aumento da necessidade de trabalhadores, tornava mais atrativo manter os trabalhadores, principalmente os operários, mais próximos do centro da vila, onde ficavam as fábricas. Os roçados, no entanto, faziam parte da estratégia de compensação pela baixa remuneração e, ainda, ganhavam conotação de benefício bondosamente concedido pela Companhia de Tecidos Paulista. A complementação do que era plantado em casa era fornecida, a preços tabelados, na feira. Segundo Leite Lopes, entretanto:

A reconstituição das múltiplas determinações contidas nos diversos relatos dos trabalhadores guiando-nos na leitura dos relatórios anuais da CTP aos acionistas usados aqui como fonte subsidiária, nos transmitem uma visão geral dos roçados operários e da feira como um processo mais complexo de construção excluindo sua redução a um ato originário, produto da vontade, da criatividade e da onisciência patronal^{LVI}.

As mudanças na situação legal dos trabalhadores urbanos no período a que se refere este trabalho, 1930-1950, tornaram o custo fixo da mão-de-obra, provavelmente, maior. O salário mínimo, a diminuição de horas de expediente entre outras conquistas que, de certa forma, se tornaram parte de uma legislação a partir do governo varguista, foi motivo, tanto do aumento desse custo, quanto de inúmeros embates entre operários e a indústria têxtil de Paulista^{LVII}. Dessa maneira, essas estratégias seriam traçadas paralelas com o crescimento da população, da produção, e do aumento do custo da mão-de-obra, sendo o roçado e a feira

formas de diminuí-lo, assim como ocupavam parte do “tempo livre” dos operários ou de outros moradores, de maneira que a moral do trabalho fosse valorizada.

Esse período foi, também, marcado pela postura assistencialista dos patrões à frente da CTP, contudo, aparentemente seguindo uma tendência adotada na construção da disciplina fabril no Brasil. Do ponto de vista intelectual, o assunto sobre higiene e assistência médica aos trabalhadores urbanos já vinha sendo discutido nas duas primeiras décadas do século XX^{LVIII}. Da necessidade do controle dessa massa de trabalhadores, o cotidiano foi sendo alvo das intervenções sociais. Os relatórios aos acionistas, os quais foram utilizados como fonte tanto para Leite Lopes (1988) como para Alvim (1985), apontam medidas tomadas a cada ano pela CTP. Os mais variados assuntos foram identificados pelos autores, desde compra de máquinas, construção de casas e derrubada de mocambos, até assistência aos operários e as diversas atividades consideradas divertimento e educação.

As notas sobre a *fábrica de Tecidos Paulista* (1939), o que aparenta ser um relatório ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fazem menção às políticas de assistência ao operariado em Paulista. Segundo esse documento, Paulista disporia de treze médicos residentes chefiando três postos clínicos, além de um corpo de especialista do Recife (cirurgia-geral, de doenças nervosas e mentais, doenças do pulmão, otorrinolaringologista e oftalmologia e radiologia), um hospital de doenças infectocontagiosas. Ainda é mencionado que “o estado sanitário local é tão bom, no momento, que o hospital está fechado à falta de doentes”^{LIX}. E, ainda, indica-se a gratuidade desses serviços. Alguns jornais mostram, entretanto, as fissuras na imagem passada pela CTP nos relatórios, o caráter cíclico dessa assistência, e a “a hipótese de uma motivação concorrencial preventiva ou efetiva vis a vis de um assistencialismo sindical e de suas ligações com previdência social”^{LX}. Respondendo a um artigo do *Jornal Pequeno*, favorável à administração da empresa, um operário comenta sobre o hospital de Paulista no *Diário da Manhã* de 11/12/1930:

Hospital de isolamento houve em alguns anos para os variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e, hoje, os variolosos são tratados em suas casas. Felizmente, os casos que aparecem são benévolos. Assistência, há um carro para conduzir doentes aos hospitais do Recife, e isso para não tornar público, quando o doente baixar, vítima de acidentes nos trabalhos da fábrica^{LXI}.

O antropólogo, José Sérgio Leite Lopes, encontra na narrativa do ex-operário Antônio Nunes dos Santos Filho, em seu livro de memórias *Paulista entre algumas lembranças* (1978), uma ênfase maior no aspecto farmacêutico no tratamento de enfermidades comuns^{LXII}. Dessa forma, percebe-se um elemento que relativiza a significação da ação da CTP nesse aspecto do cotidiano dos trabalhadores. Contudo, as “notas sobre a Fábrica de Tecidos Paulista” (1939) apontam mais que as medidas direcionadas à saúde. Enumeram-se as medidas direcionadas à educação, saneamento, diversões, e atividades religiosas apoiadas pela administração das fábricas.

Nas lembranças de Santos Filho, a presença de escolas nem se quer é mencionada. Já no livro de Bernadete Gomes Serpa Lopes, também de memórias, *A vida na minha aldeia* (2011), o Grupo Escolar Dantas Barreto é indicado como existente a partir de 1944, mas é inaugurado pela prefeitura. Bernadete diz ter estudado antes em outra escola, provavelmente da CTP^{LXIII}. A autora, entretanto, ressalta em depoimento que se destacava entre as meninas conhecidas, pois era algo raro saber ler e escrever^{LXIV}.

As diversões citadas pelo documento são apontadas em ambos os livros. O cinema gratuito que o documento menciona, provavelmente, é o “cinema goteira” de que falam Bernadete e Antônio, com exibição de filmes ao ar livre aos finais de semana. A praça ambientava a projeção de filmes e seriados, em sua maioria da indústria cinematográfica norte-americana. Esse cinema ao ar livre foi substituído, na década de 1940, por outro,

fechado e onde os ingressos, mesmo baratos, tinham custo para os trabalhadores. As praias eram outra opção de diversão no tempo fora da fábrica, com a intermediação, contudo, do transporte da Companhia. Além disso, as atividades físicas, extremamente valorizadas no período em questão em outras regiões do Brasil, têm espaço em Paulista através de clubes de futebol, vôlei e tênis, direcionados, contudo, ao público masculino. Ainda a partir dos livros citados, podem ser encontradas referências a bandas, ao passeio no parque do Jardim do Coronel, e às festas em datas comemorativas, ou bailes frequentes.

As diversas atividades recreativas, portanto, podem demonstrar a importância dada a esse aspecto cotidiano na gestão dos trabalhadores dessa vila operária. Porém, o acesso a determinadas atividades estaria, também, restrito dependendo da posição social nas relações internas à produção fabril. Os dois clubes existentes na vila evidenciam essa separação no uso dos espaços: o clube Paulistano, usado para festas comemorativas, jogos de futebol e atividades dos operários, contudo, tinha sua versão elitizada no clube de tênis, onde os estrangeiros e administradores se divertiam. Dependia, também, do relacionamento dos operários com a CTP, sendo elemento cortado como forma de reprimir e pressionar movimentos e opiniões contrárias à administração.

Outro aspecto do cotidiano operário, o qual as *notas sobre a Fábrica Paulista* (1939) ainda ressaltam, é a vida religiosa. O apoio às associações católicas parece recíproco em diversos momentos, inclusive como forma de legitimar a moral do trabalho e disciplina fabril. Um folheto escrito em homenagem ao mês de Maria tece longo discurso em favor do trabalho:

Quantas vezes preferimos o repouso ou o sono ao trabalho quando este devia ser nossa alegria. Nosso prazer, sim, porque não dizê-lo, se trabalhamos bem, este trabalho tornar-se-á para nós um prazer. Nossa boa mãe do céu era com alegria que cumpria o seu dever, era com satisfação que trabalhava. O exemplo de Maria e da Santa Família vem asseverar-nos que o trabalho não é incompatível com a liberdade nem com a dignidade humana^{LXV}.

A relação com a Igreja Católica era tão próxima que é jubilosamente mencionado que “a população de Paulista é absolutamente católica, não existindo ali cultos evangélicos, nem de qualquer outra seita”^{LXVI}.

O estímulo indireto e as subvenções à ação associativa da Igreja, com suas associações paroquiais, com suas ramificações locais de atividades mundiais, tais como essas atividades da Ação Católica que são a Juventude Operária Católica e a Liga Operária Católica, foram da maior importância na formação de uma moral e de uma disciplina, no interior desse material humano, que para a fábrica constitui apenas sua força de trabalho, formação esta apropriável indiretamente pela produção fabril^{LXVII}.

A aliança com a Igreja Católica esteve relacionada com a intolerância religiosa. Nos depoimentos registrados por Leite Lopes, os “crentes” são apresentados com frequência como perseguidos. O distrito de Maricota, atual município de Abreu e Lima, parece ter sido refúgio onde esses “crentes” conseguiam exercer sua fé. Entretanto, Maricota também era quase toda propriedade dos Lundgren. A relação de evangélicos com a política, principalmente de oposição aos industriais, demonstra o convívio tenso entre esse grupo e a CTP, contudo, essa mão-de-obra se fazia necessária para o funcionamento da indústria. A Companhia de Tecidos Paulista “tolera os mocambos como solução provisória à superpopulação da vila operária, assim como tolera os crentes como parte de sua força de trabalho”^{LXVIII}.

As associações católicas, entretanto, propiciaram a construção de laços entre os trabalhadores, sendo outro espaço, além do sindicato, de desenvolvimento de ações contra a empresa.

Incentivadas e subvencionadas pela companhia – inclusive com a concessão de locais para sedes – como é a própria paróquia local, a eficácia das atividades dessas associações católicas na interiorização de sua dominação por parte dos operários está na autonomia relativa de suas práticas. Essa mesma autonomia relativa, contraditoriamente, por permitir desenvolvimentos que subsidiam indiretamente atividades de oposição à companhia em período subsequente, contribui para que cessem os auxílios da CTP.

No período de funcionamento do segundo sindicato de Paulista, fundado em 1942, dentro do recorte temporal deste trabalho (1930-1950), há uma disputa pela gerência e fornecimento desses elementos assistencialistas em torno do cotidiano dos trabalhadores da vila. A própria intolerância religiosa compôs os elementos da política local, incluindo a ação de membros do sindicato, como foi o caso de Antônio Torres Galvão, que era evangélico. O transbordamento da vila se inscreve em Maricota, nas regiões das praias, e nas lutas pela desapropriação de parte da propriedade dos Lundgren, como forma de conseguir espaços livres na cidade^{LXIX}.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi analisar o desenvolvimento urbano da cidade de Paulista, buscando os aspectos cotidianos de sua urbanização. Pode ser evidenciado que a Companhia de Tecidos Paulista figura como um elemento relevante para esse desenvolvimento. A atividade industrial possibilitou uma concentração populacional rápida e constante durante o século XX. Boa parte dessa população mantinha alguma ligação com o funcionamento das fábricas. A “cidade das chaminés” estampou sua alcunha no dia-a-dia de seus moradores, operários têxteis, em sua maioria. A vila operária em seu momento de expansão, 1930-1950, transbordava e se tornava cidade.

Apesar desse papel relevante, outros aspectos parecem compor o processo de urbanização e transbordamento da cidade. Boa parte dos trabalhadores, industriais ou não, que viveram em Paulista, na primeira metade do século XX, provinham de regiões açucareiras, ou ligadas a outras atividades agrícolas. A vida em uma vila operária ou cidade industrial como esta, apesar da presença do paternalismo patronal já conhecido por muitos, indica uma mudança da habitação, da organização temporal marcada pelos apitos, e pelo movimento nas ruas sincronizado com os horários do trabalho fabril, e outros hábitos cotidianos. A mudança se estende, ainda, às intervenções espaciais tão comuns às cidades no século XX.

A convivência e uso desses espaços, aparentemente públicos, esbarram no direito sobre a propriedade privada de uma família sobre toda a cidade. Esse elemento, presente em depoimentos, parece relevante para a análise da construção dos espaços da cidade. Outros tantos pontos poderiam ser discutidos, e alguns ainda precisam ser analisados no andamento dessa pesquisa. A atuação do sindicato e da prefeitura na organização de atividades ou transformações urbanísticas ainda precisa ser pensada. E até mesmo até que ponto e momento a Companhia mantém controle majoritário sobre a política local. E ainda, quais espaços se formam de resistências ao controle da empresa sobre o território municipal, como locais de divertimentos mal vistos, religiões proibidas ou reuniões políticas.

Paulista tornou-se cidade dentro de propriedades privadas, e habitada por pessoas que trabalhavam e viviam seu “tempo livre” rodeadas pelas normas dos mesmos chefes, outros tantos com privilégios, e todos com suas próprias experiências. A permanência de tantos trabalhadores, o crescimento populacional, e a apropriação dos espaços possibilitaram o transbordamento para além dos limites da vila. Ela segue os limites da vida. Considerando que essas experiências têm seu papel na construção da cidade, as diversas relações, a vinda para Paulista, a intolerância religiosa, as condições de vida, as experiências anteriores e a

convivência na e com a cidade, se tornam fatores de ampliação da área habitada. Paulista também vai sendo imbuída de significados, os quais separam ruas, fazem lembrar-se de praças, do movimento nos dias de trabalho, dos namoros aos domingos. Abarcam-se, assim, novas possibilidades que tornam a cidade um espaço habitado e singular.

Notas

^I Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com bolsa CAPES.

^{II} Documentário produzido por José Sérgio Leite Lopes e Maria Rosilene Alvim Barbosa.

^{III} POETA, Amaro. *Paulista terra e gente*. Olinda, PE: Babeco, 2012, p.78.

^{IV} Abreviação de Companhia de Tecidos Paulista.

^V Os tamancos são lembrados em depoimento do antigo cozinheiro da família, que chegou adolescente na década de 1940, como calçado usado pelos operários. “As fábrica apitando, o chaminé esfumaçando, as zoadas do tamanco. O povo usava tamanco e sombrinha. Quando dava uma hora o trânsito interrompia. As duas fábricas de um lado e de outro”. Seu Bené. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes, 2006.

^{VI} Cf. ALVIM, M. R. B. ALVIM, M. R. B. *Constituição da Família e Trabalho Industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária.*, Ano de obtenção: 1985.

^{VII} Cf. GOES, Raul. *Um Sueco Emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p.19.

^{VIII} Cf. GALVÃO, T. L. C. *O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista*. Olinda, 2001 (ano de interrupção de especialização) – FUNESO.

^{IX} Cf. STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

^X *Ibidem*.

^{XI} Parte das informações sobre a fundação da fábrica de tecidos de Paulista pode ser encontrada nas Notas sobre a fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939. Arquivo AGM, CPDOC-FGV.

^{XII} Segundo GÓES (ano), Herman foi um imigrante sueco que teria chegado ao Brasil em 1855. Desembarcando primeiro no Rio, teria seguido para Salvador e algum tempo depois para Recife. Em 1961, começou seu primeiro empreendimento industrial no Brasil, uma fábrica de pólvora em Pontezinha, no Cabo de Santo Agostinho.

^{XIII} SANTOS FILHO, A. N. *Paulista entre Algumas Lembranças*, Paulista, s/ed, 1978. p. 25.

^{XIV} Notas sobre a fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939, p. 1. Arquivo AGM, CPDOC-FGV.

^{XV} O texto Notas sobre a fábrica paulista não contém informações sobre seu interlocutor, mas é claramente favorável à administração da Companhia de Tecidos Paulista.

^{XVI} Arthur Lundgren ocupou vários cargos públicos durante sua vida, em Pernambuco e na Paraíba, entre eles prefeito de Olinda e de Rio Tinto.

^{XVII} SOUZA, Roberto Silva de. *A Revisão dos Limites entre Olinda E Paulista (PE) Impulsionada pela Reivindicação de Indivíduos ao Acesso a Bens e Serviços in Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 2, mai/ago. 2007, p. 183.

^{XVIII} Folha da Manhã, 28/01/1939 apud LEITE LOPES, 1988, p.169.

^{XIX} CETEX, 1946, p.53 apud LEITE LOPES, 1988, p.16.

^{XX} LEITE LOPES LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés*. Brasília: Editora Marco Zero e Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 16.

^{XXI} Cf. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1977.

^{XXII} STEIN op. Cit. p. 128

^{XXIII} *Ibidem*. p. 128.

^{XXIV} ALVIM op. Cit. p. 133.

^{XXV} Cf. SANTOS, Letícia de Carvalho. *Cotidiano e espaços de memória: mulheres operárias na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1958-1980)*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

^{XXVI} LEITE LOPES, Op. Cit. p. 17.

^{XXVII} José Sérgio L. Lopes afirma que a construção de novas casas parece ter parado por volta da década de 1950, quando a Companhia menciona em relatórios apenas as manutenções, e não mais a inauguração de novas moradias operárias. Cf. LEITE LOPES op. Cit. p.172.

^{XXVIII} Cf. LOPES, 1988 e ALVIM, 1985.

^{XXIX} ALVIM, Op. Cit. p.155.

^{XXX} *Ibidem*, p.157.

^{XXXI} Cf. LEITE LOPES op. Cit. p.206-262

^{XXXII} Cf. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

- XXXIII RAGO, Margareth op. Cit. p.52-53.
- XXXIV A folha amarela era um registro de trabalhadores que faziam serviços extrafabris, incluindo atividades nas matas e engenhos, contudo, mantendo a ligação com o funcionamento da vila operária.
- XXXV Cf. capítulo 4, LEITE LOPES op. Cit. p.119-166.
- XXXVI Cf. LEITE LOPES op. Cit. p. 107-108.
- XXXVII Ibidem p.104.
- XXXVIII Ibidem p. 96.
- XXXIX José Sérgio Leite Lopes (1988) direciona sua tese para a abordagem de uma dominação interiorizada, mas também para essa resistência, mais centrada na luta sindical, dos trabalhadores.
- XL Luiz Barros. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes. 06/02/2006.
- XLI Ibidem.
- XLII Luiz Barros refere-se aos irmãos Lundgren: Frederico e Arthur.
- XLIII Cf. LEITE LOPES, 1988.
- XLIV Cf. CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- XLV Cf. LEITE LOPES, 1988 e ALVIM, 1985.
- XLVI Cf. ALVIM, 1985.
- XLVII JOÃO FRANCISCO. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes. 14/08/2006.
- XLVIII A definição de interior, contudo, não exclui a própria Paulista, mesmo sendo parte de Olinda até 1935, e também Camaragibe.
- XLIX ISABEL. Entrevistador: José Sérgio Leite Lopes. S/D.
- L ALVIM op. Cit. p. 44.
- LI Cf. LEITE LOPES op. Cit. p.73-77.
- LII ISABEL op. Cit.
- LIII Cf. LEITE LOPES op. Cit. p. 52.
- LIV Ibidem p.83.
- LV LEITE LOPES op. Cit. p. 110.
- LVI Ibidem p.101.
- LVII A greve de 1932 que se prolongou de junho a outubro, em torno da fundação e ação do primeiro sindicato de Paulista, envolvendo a aplicação da lei de 8 horas de trabalho; Na década de 1940, principalmente no pós-guerra, outros dissídios de diversas naturezas, incluindo o “movimento pela libertação da cidade”. Cf. LEITE LOPES op. Cit. Capítulos 7 e 11.
- LVIII Cf. RAGO op. Cit. p. 214-266.
- LIX Notas sobre a fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939, p. 2. Arquivo AGM, CPDOC-FGV.
- LX LEITE LOPES op. Cit. p.171.
- LXI DIÁRIO DA MANHÃ, 11/12/1930 apud LEITE LOPES, 1988, p.171.
- LXII LEITE LOPES op. Cit. p.170.
- LXIII Ibidem p. 108.
- LXIV BERNADETE G. S. LOPES. Entrevistadora: Maria Clara da S. Cavalcante. 28/08/2015
- LXV O 29 DE MAIO. Nossa Senhora e o Operariado. Paulista, 1948. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano(APEJE).
- LXVI Notas sobre a fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939, p. 3. Arquivo AGM, CPDOC-FGV.
- LXVII LEITE LOPES op. Cit. p.175.
- LXVIII Ibidem p.177.
- LXIX Cf. LEITE LOPES pp. 465-539.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, M. R. B. . **A Sedução da Cidade: Os Operários-Camponeses e A Fábrica dos Lundgren.** 01. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1998.

_____. **Constituição da Família e Trabalho Industrial: um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária.**, Ano de obtenção: 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DABAT, Christine Rufino. **“Caminhada Penosa”**: A extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco in CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-2, 2008 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

GALVÃO, T. L. C. **O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista**. Olinda, 2001 (ano de interrupção de especialização) – FUNESO.

GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza americana x mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). 1997 (Mestrado) – UFPE, Recife.

LEITE LOPES, J. S. **A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés**, Ano de obtenção: 1986.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LOPES, Bernadete Serpa Gomes. **A vida na minha aldeia**. Olinda, PE: Babecco, 2011.

MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao Lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. **Lazer, modernidade, capitalismo**: um olhar a partir da obra de Edward Thompson. Est. Hist. Rio de Janeiro, vol.23, n°45, p. 5-26, janeiro-junho de 2010.

MILANO, Daniela Ketzer. **Habitações Operárias: evolução das imagens de representação.** URBANA, ano 3, nº 3, 2011 Dossiê: Patrimônio Industrial.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, nº16, 1995, p. 279-290.

POETA, Amaro. **Paulista terra e gente.** Olinda, PE: Babeco, 2012.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.**

SANTOS FILHO, A. N. **Paulista entre Algumas Lembranças,** Paulista, s/ed, 1978.

SANTOS, Leticia de Carvalho. **Cotidiano e espaços de memória: mulheres operárias na cidade-fábrica de Rio Tinto (Paraíba, 1958-1980).** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado,** fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SILVA, Joseli Maria. **Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade.** Revista de História Regional 5(2):9-37. Inverno, 2000.

SILVA, Severino Vicente da. **Culturas do Açúcar em Pernambuco** in CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-2, 2008 – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1977.

SOUZA, Roberto Silva de. **A Revisão dos Limites entre Olinda E Paulista (PE)** Impulsionada pela Reivindicação de Indivíduos ao Acesso a Bens e Serviços in Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 2, mai/ago. 2007.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TECIDO MEMÓRIA. Produção e direção de Sergio Leite Lopes, Celso Brandão e Rosilene Alvim. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2009. DVD (70 min), son., color.